



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

ATA N.º 8/2020 – CGPMTCS

Ata da VIII Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2020, realizada no dia 10 de novembro de 2020, às 14 horas, via Web conferência através do link <http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/com-3y6-kev>

1 Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se via Web
2 conferência através do link <http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/com-3y6-kev>, convocados
3 por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura, Controlador-Geral do
4 Município e Coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e
5 Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, membro suplente da CGM, Gisele Cristhiane
6 Itiyama (CGM), Alexandre Sanches Vicente, membro titular da Ouvidoria-Geral do
7 Município, Auber Silva Pereira, membro titular do Conselho Municipal de Transparência
8 e Controle Social de Londrina (CMTCSL), José Albino de Oliveira Branco, membro titular
9 do Observatório de Gestão Pública de Londrina, Danilo A. L. Barbosa, membro suplente
10 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), Marta Graciana Parolin Biatto,
11 representante da Secretaria Municipal de Governo (SMG), Cinthia Mara Camillo da
12 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação (SMPOT), Saulo F.
13 A. Vieira, membro titular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A reunião iniciou
14 às 14:03 com a seguinte pauta: 1) Encaminhamentos dos ofícios: ofício nº 67/2020 -CGM
15 para o Observatório de Gestão Pública de Londrina e ofício nº 68/2020-CGM para o
16 Conselho Municipal de Transparência e Controle Social para conhecimento, análise e
17 providências, através dos SEIs: 19.003.140125/2020-21 e 19.003.140590/2020-62,
18 respectivamente, sobre Relatório do Plano Municipal de Transparência e Controle
19 Social , anexando os Pareceres Jurídicos relacionados com a possibilidade de instituição
20 de edição de lei para a escolha do Controlador e Ouvidor, bem como divulgação da
21 jornada de trabalho dos servidores; 2) Avaliação dos representantes (OGPL e CMTCS)
22 a respeito do documento enviado; 3) Outros assuntos pertinentes ao Comitê Gestor.
23 **Newton:** Bom, o primeiro item da pauta, nós temos aqui, os ofícios que nós
24 encaminhamos para o Conselho da Transparência e Observatório, a respeito daquela
25 ação do Plano da Transparência que trata da escolha do Controlador através, que fosse
26 mandado um projeto de lei para câmara, a escolha também do Ouvidor, do mesmo
27 formato do Controlador e também a disponibilização da informação referente ao relógio
28 ponto, a frequência dos servidores na internet. Então, nós encaminhamos para essas
29 duas entidades, conforme a nossa última reunião, nós deliberamos que seriam os
30 autores do Plano da Transparência para que eles pudessem fazer alguma manifestação
31 sobre os pareceres que foram emitidos pela procuradoria, e que pelo formato que está
32 não seria possível o encaminhamento do projeto de lei para câmara. Então, nós não
33 temos aqui representante do Conselho da Transparência, nós teríamos apenas o Sr.
34 José Albino que representa o Observatório. Sr. José Albino, vocês chegaram a tomar
35 conhecimento deste ofício, vocês chegaram a fazer alguma deliberação junto ao
36 Observatório, a respeito desses ofícios? **José Albino:** eu vou conversar com eles lá e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

37 perguntar sobre isso, nem estava sabendo, vou dar uma olhada, na reunião passada
38 também foi a do Fábio Cavazotti falando, e no final das contas acabou dando problema
39 também nessa reunião, essas reuniões aí através do sistema eletrônico está muito
40 complicado, mas eu vou conversar com eles, vou conversar sobre isso, aí depois te
41 passo. **Newton**: Correto então, bom do Conselho da Transparência nós não temos
42 nenhum representante aqui, então nós não sabemos, vamos aguardar a resposta por
43 parte dessas duas identidades para a gente deliberar sobre os encaminhamentos futuros
44 em relação a esse quesito. Na realidade, a gente teria atualização realmente do status
45 do Plano da Transparência, mas o Siqueira entrou em contato com o Tales da UEL e
46 não foi feito nenhuma atualização de expressão, o status do plano continua da mesma
47 forma que estava no mês passado. Em termos de pauta da nossa reunião, se encerraria
48 neste momento, alguém quer fazer uso da palavra? Sr. Carlos perdeu a conexão e ao
49 retornar pediu para repetir a fala, feito isso, Sr. Newton cumprimentou os recém-
50 chegados Danilo e Cinthia e avisou aos membros que o presidente do Conselho da
51 Transparência, Sr. Auber iria entrar em breve e pediu para aguardá-lo. Dando
52 continuidade, **Newton**: Bom, todo mundo recebeu a Ata? Siqueira, será que talvez a
53 gente pudesse colocar a Ata no SEI para o pessoal assinar virtualmente? **Carlos**
54 **Siqueira**: Eu acredito que é possível, só preciso verificar como é que a gente vai dar o
55 acesso, talvez com o acesso externo, vou verificar com a Gisele essa possibilidade e
56 fazer o encaminhamento, nenhum dos membros retornou com qualquer providência ou
57 anotação referente às Atas, então no nosso entendimento está tudo ok. Nesse momento
58 Sr. Auber entra na web conferência e após as saudações, Sr. **Newton** explicou: Nós já
59 iniciamos a reunião, apontamos nossa primeira questão da pauta, ofício que foi
60 encaminhado para o Observatório e Conselho da Transparência, a respeito daquelas
61 três ações que estão no plano da Transparência que se refere ao projeto de lei da
62 escolha do Controlador, escolha do Ouvidor no mesmo formato do Controlador, e a
63 disponibilização da frequência do cartão ponto eletrônico do servidor, onde a
64 procuradoria emitiu um parecer jurídico apontando, na visão dela que não seria possível
65 o encaminhamento do projeto de lei no formato que está, nós encaminhamos para
66 Observatório e para o Conselho porque na reunião passada nós deliberamos que essas
67 duas entidades seriam os autores desse plano da Transparência, para que elas
68 pudessem se manifestar, o Sr. (Auber) chegou a receber esse ofício? O Sr. tem
69 conhecimento deste ofício? **Auber**: Eu acabei recebendo, porém quem estava com
70 atribuição aqui de estar trabalhando com a questão do comitê que é essa parte interna,
71 e aí fica até um informe, um comunicado, era o Sr. Dácio, que se desligou ontem do
72 Conselho, mas a nossa posição é sempre uma posição em termos de processo, é um
73 processo que a gente tá construindo, eu sei que a resposta tanto de um caso como do
74 outro foi por parte da procuradoria, tem algum representante da procuradoria aqui hoje? O
75 João não apareceu hoje de novo. É o seguinte, a gente sabe da negativa, a gente sabe
76 da dificuldade que a gente tem para processar as questões legais do Plano de
77 Transparência, tudo isso, a gente tem muita dificuldade para progredir, coisas que em
78 países desenvolvidos seria muito mais ágil, a gente sabe o processo que a gente se
79 encontra, então é um processo, nós somos centésimo quinto em percepção de
80 corrupção, então a gente sabe que é muito, o progresso como primeiro Conselho
81 Municipal de transparência e Controle Social e também Comitê do Plano da
82 Transparência é o ineditismo, então ainda não é moda, não é moda essa questão, a
83 colocação nossa é o seguinte, nós precisamos de um ente jurídico que instrua, nós não
84 somos legisladores, então eu acho que nós poderíamos encaminhar ao Tribunal de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

85 Contas ou algum órgão externo que possa nos auxiliar na criação. Vocês têm
86 conhecimento, não sei se Alexandre tem conhecimento de outro município que já
87 avançou nessa questão, não sei Alexandre, você tem algum conhecimento de algum
88 município que já tem um Ouvidor que é recomendado por lista Tríplice e acatado pelo
89 executivo brasileiro? **Alexandre:** Não Auber, não existe nenhum, não tenho
90 conhecimento. **Auber:** Então, é tudo muito novo, agora instruir, eu acho que nós
91 poderíamos pedir, às vezes até uma assessoria da CGU, porque estão acontecendo
92 fatos muito novos em nível mundial e a CGU está a pari passo nessas questões, a gente
93 poderia também sugerir, eu estou sugerindo a esse comitê que a gente encaminhe
94 também para transparência internacional, o que nós estamos sendo observados, os
95 nossos passos aqui são inéditos no Brasil, e a transparência internacional aqui do Brasil
96 está muito interessada nos passos de Londrina, nós vamos ter um encontro agora dia
97 20 de novembro, temos um encontro internacional, fomos convidados, estamos sendo
98 convidados também por outros municípios, então não é em Londrina que reside uma
99 tendência de Transparência, é o mundo inteiro, que dependendo da percepção de
100 corrupção, já adotou ou vem a adotar, a África por exemplo, tem locais na África que
101 estão mais desenvolvidas do que no Brasil, como tem locais que estão mais atrasados,
102 nós temos aqui questões em vizinhos, países vizinhos como a Bolívia que ainda passam
103 por processo que a gente estava passando a 30 anos atrás, é um momento histórico, a
104 pandemia ela veio trazer para gente uma nova oportunidade, as coisas estão muito
105 próximas, então nós temos a boa vontade de fazer e conte com este conselho, conte
106 com o Network deste conselho para realização, assim como, vamos dizer, em 2012 era
107 um sonho criar o conselho, era um sonho criar o comitê, e aí naquele processo de
108 cassação do Homero Barbosa Neto e prisão do José Joaquim Ribeiro, enterro da
109 corrupção, o velório da corrupção em Londrina e etc que todo mundo lembra, nós
110 avançamos, em determinados momentos se avança, em época de eleição, em semana
111 de eleição é meio complicado tratar disso, talvez na semana que vem o Procurador tem
112 uma outra ótica. **Newton:** nós encaminhamos, a nossa deliberação da reunião passada
113 foi de que os autores desse Plano da Transparência foram o Observatório e o Conselho
114 da Transparência, então, o que acontece, nós temos que dar satisfação para essas duas
115 entidades, nos encaminhamos para o conhecimento dessas duas entidades, elas devem
116 deliberar sobre essa proposta que foi apresentada, onde os órgãos técnicos
117 responsáveis da prefeitura apontaram da impossibilidade de acolhimento dessa
118 proposta, então eu acho que conforme nós deliberamos, essas duas entidades tem que
119 conversar e verificar o que pode ser encaminhado a partir dessa negativa, entendo que
120 não há uma posição da parte do Conselho, o José Albino também nos informou que eles
121 não deliberaram sobre essa questão, então nós estamos aguardando um
122 posicionamento, uma avaliação por parte dessas entidades e que a gente possa
123 conversar isso na nossa próxima reunião. **Auber:** Só gostaria assim, não é a justificar,
124 mas já estou fazendo uma proposta de encaminhamento, não estou justificando porque
125 quem estava com essa incumbência era o vice-presidente, Sr. Dácio, ele não levou
126 nenhuma instrução ou ao conhecimento e não pautou na reunião de ontem, se não a
127 gente poderia já ter deliberado alguma coisa, me prontifico a fazer isso e fica essa
128 sugestão, uma sugestão para o comitê encaminhar à CGU, através de quem tem um
129 contato bom na prefeitura é o Marcio Horaguti, ele poderia tramitar, a gente poderia estar
130 conversando com ele e encaminhar, então fica essa proposta e gostaria que registrasse
131 em Ata do encaminhamento a CGU. Interpelando-o, **Newton:** Nós também temos esse
132 contato com à CGU, nós já conversamos com o superintendente Regional da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

133 Controladoria-Geral da União aqui no Paraná, o Sr. José William e como o Alexandre,
134 Ouvidor, informou é uma situação inédita realmente, não existe nenhuma prática nesse
135 sentido de estabelecer isso em lei, o que eu sei é que existe acho que uma proposta
136 ainda que está para ser apresentada pelo Conselho Nacional de Controle Interno a nível
137 de proposta para Câmara de Deputados para que possa se transformar numa lei Federal,
138 mas ainda não há nenhum respaldo, nenhuma movimentação nesse sentido, existe
139 alguns controladores que eu conversei também que na visão deles acham que não
140 poderia ser, porque estaria tirando a liberdade do executivo de fazer sua escolha, então
141 é uma situação polêmica, agora eu acho, como a proposta saiu por parte do Conselho
142 e também do Observatório, acho que os argumentos para fundamentar essa proposta
143 tem que partir realmente dessas duas entidades, o Sr. (Auber) falou de uma ajuda
144 jurídica, eu sei que no Observatório existe advogados, acho que são voluntários e talvez
145 pudesse ser deliberado juntamente com o Observatório, o Conselho da Transparência
146 juntamente com o Observatório para verificar alguma alteração na proposta que pudesse
147 contemplar. A procuradoria apontou exatamente qual é a situação de impedimento,
148 então se tiver alguma pesquisa de jurisprudência que pudesse ser apresentada para de
149 repente reencaminhar para avaliação da Procuradoria ou até mesmo uma avaliação da
150 administração por conta da Secretaria de Governo, então por mim não teria esse
151 encaminhamento pelo Comitê Gestor, nosso papel é exatamente de tentar colocar em
152 prática aqui dentro, nós na movimentação junto aos órgãos competentes nós tivemos
153 essa negativa, então acho que tem que realmente partir dos autores do Plano da
154 Transparência algum argumento que pode ser modificado para que essa ação possa ser
155 viabilizada. Essa é a minha opinião, também deixo por conta dos demais membros do
156 comitê que queira fazer algum comentário. **Auber:** Queria fazer na realidade um pedido,
157 por gentileza, se puder encaminhar para gente essas pessoas de contato, principalmente
158 desse projeto de lei a gente agradece, devido ao trânsito que nós temos no planalto
159 central, então nós poderemos estar solicitando algum apoio, se pudesse encaminhar
160 essas informações que você acabou de falar tanto a nível Estadual, da CGU, como do
161 projeto federal eu agradeço porque são os caminhos mais ou menos, os caminhos que
162 a gente vai poder estar buscando essas informações legais, até fazer uma contribuição
163 também na esfera nacional, atualizar o processo de alguma forma na esfera nacional,
164 são 5800 municípios com esse mesmo problema, então a gente agradece e fica no
165 aguardo dessas informações. **Carlos Siqueira:** Na reunião passada, a Marta foi bem
166 feliz quando ela disse que em que pese a negativa da procuradoria nada impediria que
167 um novo projeto de lei fosse de uma forma elaborado novamente, por isso Auber e
168 amigos, de repente nós temos hoje a própria OAB que participa do Comitê Gestor na
169 figura da Cilmar, talvez o Saulo da UEL poderia contribuir com uma indicação da parte
170 jurídica da Universidade Estadual de Londrina, então aqui fica mais uma sugestão de
171 quem sabe a gente pode encontrar também esse mecanismo de apoio. **Danilo:** Com
172 relação ao parecer que trata das nomeações tem duas funções, essa primeira do
173 ineditismo que nós seríamos vanguardistas no assunto mas de outro lado a gente
174 também não pode se esquecer de forma pragmática, o município já adota para o
175 Controlador, tanto é que o Newton foi nomeado através da lista Tríplice e tem seguido
176 de forma totalmente imparcial a sugestão, então se a gente pensar de uma forma prática
177 já é algo que é adotado mas também ali pela forma jurídica, a Procuradoria colocou, se
178 a gente refletir mesmo no assunto, eu concordo com o parecer deles até porque, vejam
179 a gente tem o prefeito que é eleito democraticamente para representar a população, em
180 tese toda decisão que ele toma é aliada com os anseios populares, indiretamente todos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

181 os secretários são nomeados pela população, pelos cidadãos que votaram naquele
182 projeto de governo que ele colocará em prática, então eu acho que a constituição,
183 ressalto o que a Procuradoria disse, é bem clara nesse sentido, a questão da autonomia
184 administrativa ela é delegada ao prefeito pelo voto popular e ele que vai executar a
185 vontade do cidadão através do voto democrático, então, eu acho razoável a questão
186 jurídica que a PGM colocou, claro que se tiver outras formas do Conselho contornar
187 esse ponto, claro que é válido, principalmente se for uma normativa Nacional através da
188 câmara dos deputados que for alterado a legislação para toda a nossa nação, então eu
189 não vejo como nada preocupante agora na nossa realidade do município e da mesma
190 forma, o parecer referente a divulgação dos pontos eletrônicos é um assunto novo que
191 a gente vem discutindo, inclusive, o Siqueira é membro e o Alexandre Sanches também
192 que é questão da Proteção de Dados que vem através da LGPD, então eu também tenho
193 essa preocupação que a Procuradoria colocou, principalmente no que tange a
194 motivação, que eles colocaram e também agora por esse fato superveniente que é a
195 aprovação, que é a entrada, que entra em vigor a LGPD, o que poderia ser contra o que
196 estabelece a LGPD, então, principalmente nesse ponto, com relação aos pontos
197 eletrônicos, eu acho que o assunto ele precisa ser mais amadurecido mas a gente
198 concorda com os pontos elencados aí pela PGM. **Newton:** Eu gostaria de esclarecer ao
199 Sr. Auber é que quando eu falei desta proposta a nível federal, ainda não existe nada de
200 concreto, não existe um documento já elaborado com essa proposta, eu participei de
201 uma conversa e alguns membros mencionaram essa situação, mas ainda não tem assim
202 uma pessoa que está protagonizando esse tipo de encaminhamento, em relação a CGU,
203 eu falei é que não existe também por parte da CGU ainda nenhuma proposta nesse
204 sentido, o que ele falou para mim é que não existe essa prática no conhecimento da
205 parte deles, então não tem um documento já produzido, alguma minuta, alguma coisa,
206 só para deixar esclarecido porque eu não teria esse documento para mandar para vocês.
207 **Auber:** só passar o nome do contato, o contato e nós conversamos com quem está
208 preocupado com o assunto, é só no sentido de dialogar, só isso, só passar a informação
209 que você acabou de verbalizar. **Newton:** Como eu falei, nessa conversa que eu tive a
210 nível federal foi um comentário que as pessoas tiveram, eu não lembro exatamente qual
211 foi o Controlador de qual estado que me mencionou isso agora, entendeu? **Auber:**
212 esquece, eu pensei que era uma coisa que você estava preocupado, pode esquecer.
213 **Newton:** Eu estou preocupado, mas eu não tenho nada concreto para poder passar para
214 você, entendeu? Eu até acho que essa proposta que veio no Plano da Transparência
215 seria realmente uma forma de ser algo inédito mesmo ele que poderia ser uma boa
216 prática para o Brasil como um todo, mas aí já tem uma questão jurídica aqui que eles
217 apontaram essa reserva, entendeu? Então, talvez poderiam sentar com o pessoal do
218 Observatório, acho que a própria OAB tem representante também no Conselho da
219 Transparência, talvez mandar para alguma das comissões permanentes que existe no
220 conselho para poder estudar esse tipo de proposta e reformular o projeto de lei para ver
221 se de repente possa se tornar realidade, nesse sentido, tá ok? Nós havíamos também
222 conversado sobre a parte de atualização do status, não houve nenhuma alteração, o
223 Tales que é o responsável por fazer esse monitoramento junto às secretarias, ele disse
224 que não teve nenhum avanço nesse último ano, então, a gente não teria mais nenhuma
225 pauta para a gente discutir, até havia aberto uma possibilidade para alguém colocar
226 alguma questão a mais e se não tiver a gente iria encerrar reunião, o Sr. teria mais
227 alguma questão a ser tratado no Comitê Sr. Auber? **Auber:** No momento não,
228 agradecido. **Newton:** Bom, então, nós agradecemos a presença de todos, nós temos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas - 2020

229 nossa próxima reunião previsto para a segunda terça-feira do mês de dezembro e nós
230 desejamos um bom dia a todo, obrigado. A reunião deu por encerrada, da qual, para
231 constar, eu, Gisele Cristhiane Itiyama, lavrei a presente ata que, se aprovada, será
232 assinada pelo sr. Newton Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 10 de
233 novembro de 2020. A reunião foi encerrada às 14 horas e 35 minutos.

234

235 Newton Hideki Tanimura: _____

236

237 Carlos Alberto Siqueira: _____

238

239 Gisele Cristhiane Itiyama: _____

240

241 Auber Silva Pereira: _____

242

243 José Albino de Oliveira Branco: _____

244

245 Saulo F. A. Vieira: _____

246

247 Danilo A. L. Barbosa: _____

248

249 Cinthia Mara Camillo: _____

250

251 Alexandre Sanches Vicente: _____

252